ANO V V. 115

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

11/01/2024 A 31/01/2024





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Rebeca Reitz e Camila Veloso
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	12
NORMAS MUNICIPAIS	17
INFORME LEGISLATIVO	19
FIQUE DE OLHO	20
ESTANTE VIRTUAL	21
SEMAS NA MÍDIA	22



ATUALIZADO EM 31/01/2024

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 115ª do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação da **RESOLUÇÃO ANA Nº 181, DE 19 DE JANEIRO DE 2024**, que institui o reconhecimento de programas e projetos de conservação de água e solo no âmbito do Programa Produtor de Água e dá outras providências, bem como a **PORTARIA GM/MMA Nº 949, DE 17 DE JANEIRO DE 2024**, que institui o Grupo de Trabalho Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros - GT Gestão Compartilhada, de natureza consultiva, para subsidiar processos de regulamentação voltados à gestão compartilhada de recursos pesqueiros.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se o **DECRETO DE 24 DE JANEIRO DE 2024**, que nomeia representantes para compor o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para Captação de Recursos Relacionados às Políticas Públicas Estaduais sobre Conservação Ambiental e Mudanças Climáticas no Estado do Pará (COMCAR-Clima), e em caráter inédito, e as duas portarias relacionadas a seleção para a pós graduação *lato sensu* e *strictu sensu* voltada aos servidores da SEMAS: **PORTARIA Nº 0026, DE 16 DE JANEIRO DE 2024,** que institui e designa os membros da Comissão de Seleção dos cursos de Especialização em Gestão Pública, com ênfase em Política Ambiental e Mudança Climática e Especialização em Gestão Pública com ênfase em Políticas Públicas e Governança, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e a **PORTARIA Nº 0027, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**, que institui e nomeia os membros da Comissão de Seleção para o Curso de Mestrado profissional em Inteligência Territorial e Sustentabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

No município, o destaque foi a publicação da **LEI Nº 9.995 DE 19 DE JANEIRO DE 2024**, que institui o novo Sistema Municipal de Educação do Município de Belém - SME, e dá outras providências.

Outra ferramenta utilizada neste processo de acesso à informação, pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, é o "Informe Legislativo", que no período desta edição, comunicou, a publicação de 04 normas ambientais editadas pelo NEL, dentre elas, um Decreto e três Portarias.

No "Fique de Olho", sugere-se a **XIII CONFERÊNCIAS IBERO-AMERICANAS DE FINANCIAMENTO LOCAL**, o evento ocorrerá nos dias 11 e 12 de setembro de 2024, e será realizada na sede da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Na "Estante Virtual", recomenda-se a leitura do livro **10 ANOS DO CÓDIGO FLORESTAL: O QUE TEMOS A COMEMORAR?** Trata-se da terceira publicação organizada pela União Brasileira da Advocacia Ambiental – UBAA, na qual seus associados trazem apontamentos e considerações acerca dos dez anos de vigência da Lei Federal nº 12.651/12, que protege toda a vegetação nativa do nosso país, mais popularmente conhecida como o Código Florestal.

Na seção "SEMAS na Mídia", ressalta-se a matéria que em Davos, **Helder Barbalho articula apoio internacional para projetos de preservação da Amazônia**. O Governador defendeu uma maior cooperação bilateral junto à Suíça e o apoio dos Estados Unidos ao Sistema Jurisdicional de Redução por Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal do Pará.

Por fim, vale lembrar que o mês de janeiro é marcado pela campanha **"Janeiro Branco"**, instituída pela Lei nº 14.556/2023 e marcado por mobilização nacional à promoção da saúde mental, trazendo a conscientização através de campanhas nacionais em que são abordados hábitos e ambientes saudáveis, bem como a prevenção de doenças psiquiátricas. Confira mais informações na biblioteca virtual de saúde, do Ministério da Saúde, acessando a área de tema: **Saúde Mental.**



Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

LEI Nº 14.803, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação por ocasião da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados.

LEI Nº 14.809, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para estabelecer que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais.

LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 14.813, DE 15 DE JANEIRO DE 2024 (*). Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

LEI Nº 14.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

LEI Nº 14.819, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

LEI Nº 14.821, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).

DECRETO Nº 11.881, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Altera o Decreto nº 11.514, de 1º de maio de 2023, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta de Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.888, DE 22 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do **Building Information Modelling** no Brasil - Estratégia **BIM**BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do **Building Information Modelling**-**BIM**BR.

DECRETO Nº 11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024. Regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

DECRETO Nº 11.893, DE 23 DE JANEIRO DE 2024. Promulga o Acordo sobre o Aquífero Guarani entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

DECRETO Nº 11.900, DE 23 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

DECRETO Nº 11.901, DE 26 DE JANEIRO DE 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia.

DECRETO Nº 11.902, DE 30 DE JANEIRO DE 2024. Altera o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, que institui o Selo Biocombustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes na produção e na comercialização de**biodiesel**, e sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas.

RESOLUÇÃO CNS Nº 726, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre as propostas e moções aprovadas na 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

RESOLUÇÃO ANA Nº 177, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Aprova a Norma de Referência nº 4/2024 que estabelece práticas de governança aplicadas às entidades reguladoras infranacionais (ERIs) que atuam no setor de saneamento básico.

RESOLUÇÃO ANA Nº 178, DE 15 JANEIRO DE 2024. Aprova a Norma de Referência nº 5/2024 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a matriz de riscos para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

RESOLUÇÃO MDA Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2024. Aprova o Regimento Interno da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO ANA Nº 181, DE 19 DE JANEIRO DE 2024. Institui o reconhecimento de programas e projetos de conservação de água e solo no âmbito do Programa Produtor de Água e dá outras providências.

PORTARIA CONJUNTA MMA/IBAMA/ICMBIO Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Estabelece diretrizes e procedimentos para a atividade de desenredamento de grandes cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras.

PORTARIA GM/MMA Nº 924, DE 9 DE JANEIRO DE 2024. Prorroga, por 180 dias, a vigência da Portaria GM/MMA nº 611, de 25 de julho de 2023.

PORTARIA MIDR Nº 230, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MIDR Nº 238, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA ICMBIO Nº 16, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Institui Comitê de Acompanhamento e Implementação do Programa Aquilomba Brasil para propor plano de ação para implementação da Política de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo nº 02070.003871/2023-81).

PORTARIA GM/MS Nº 3.076, DE 15 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a execução, os critérios, os procedimentos e o monitoramento da disponibilização gratuita de absorventes higiênicos e outras ações do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual no âmbito do Ministério da Saúde.

PORTARIA GM/MS Nº 3.073, DE 15 DE JANEIRO DE 2024. Altera o Anexo LXXVII da Portaria de Consolidação GM/MS Nº 5, de 28 de setembro de 2017, para incluir absorventes higiênicos no elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil - PFPB para disponibilização gratuita às pessoas beneficiárias do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual.

PORTARIA GM/MMA Nº 949, DE 17 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Grupo de Trabalho Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros - GT Gestão Compartilhada, de natureza consultiva, para subsidiar processos de regulamentação voltados à gestão compartilhada de recursos pesqueiros.

PORTARIA ICMBIO Nº 167, DE 17 DE JANEIRO DE 2024. Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas - PAN Aves Marinhas, contemplando 14 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão (processo SEI nº 02061.000048/2023-23).

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR Nº 295, DE 18 DE JANEIRO DE 2024. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MIDR Nº 373, DE 23 DE JANEIRO DE 2024. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MTE Nº 66, DE 18 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, que aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.

PORTARIA GM/MMA Nº 955, DE 24 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Portaria MMA nº 641, de 12 de novembro de 2019, que instituiu a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

PORTARIA MJSP Nº 599, DE 26 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Secretaria-Geral da Presidência da República, para ações interagências nas Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá, no Estado do Pará.

PORTARIA GM/MMA Nº 957, DE 29 DE JANEIRO DE 2024. Institui Grupo de Trabalho para planejar e subsidiar a participação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e suas entidades vinculadas, em eventos internacionais relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

NORMAS FEDERAIS



35 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETOS **07**

RESOLUÇÕES **05**

LEIS **08**

PORTARIAS **15**

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

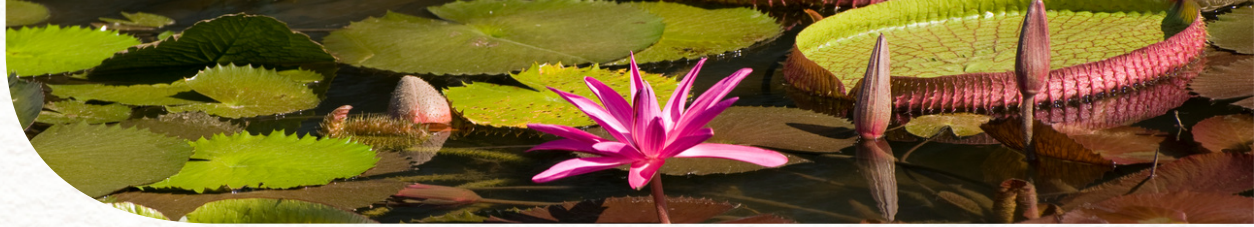
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI N° 10.369, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual Mãe Bernadete de memória e luta das mulheres negras de matrizes africanas e quilombolas.

LEI N° 10.370, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Semana de Conscientização do Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL), no Estado do Pará.

LEI N° 10.372, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso (SIPRUNP).

LEI N° 10.373, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Agroextrativistas da Comunidade São João do Rio Pitauã do Município de Muaná (ASPECOM).

LEI N° 10.376, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato Estadual dos Trabalhadores(as) na Pesca, das Entidades de Representação de Classe dos Pescadores(as), Profissionais e Artesanais, Aquiculto- res(as), Criadores(as) de Peixe do Estado do Pará (SINTPESCAPARÁ).

LEI N° 10.377, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Aquicultores de Curralinho (ASPAC).

LEI N° 10.378, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Conscientização sobre a Insuficiência Istmo Cervical.

LEI N° 10.379, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Lei Estadual no 6.878, de 29 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia de Gás do Pará (GASPARÁ).

LEI N° 10.381, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Proíbe a comercialização e consumo de bebidas em garrafas de vidro em praias no Estado do Pará.

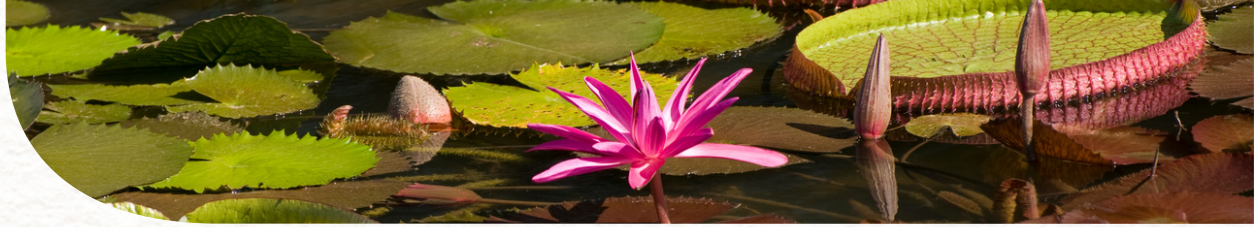
LEI Nº 10.385, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Dia Estadual das Mulheres Rurais.

LEI Nº 10.387, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Semana do Empreendedorismo da Mulher Ribeirinha, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 10.390, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Amazônia Global (ASA GLOBAL).

LEI Nº 10.393, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa dos Produtores Rurais Agricultores Familiares de Nova Esperança do Piriá (COOPARNEP).

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.397, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Agrícola e Pecuária (APAP CARAJÁS), de Cumaru do Norte.

DECRETO N° 3.636, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Altera o Decreto Estadual no 2.766, de 21 de novembro de 2022, que dispõe sobre delegação de atribuições aos Chefes da Casa Civil e da Casa Militar, aos Secretários de Estado e aos Dirigentes das Autarquias e Fundações Públicas; autorização aos Secretários de Estado para celebração, em nome do Estado, de contratos e instrumentos congêneres.

DECRETO N° 3.640, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Divulga os dias de feriados nacionais e estaduais e estabelece os pontos facultativos no ano de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 3.641, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Revoga dispositivos do Decreto nº 2.949, de 15 de março de 2023, e altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 3.642, DE 12 DE JANEIRO DE 2024. Acrescenta dispositivo ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS-PA), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

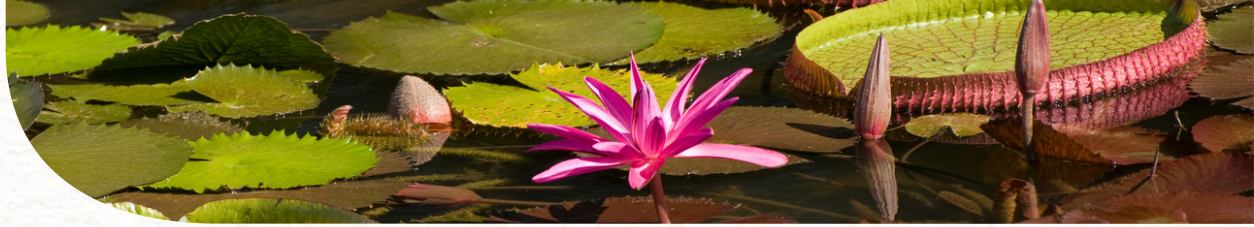
DECRETO Nº 3.643, DE 15 DE JANEIRO DE 2024. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.238, de 30 de março de 2021, e institui o protocolo "Não se cale" de ações de capacitação, prevenção e de encaminhamento de vítimas em bares, restaurantes e estabelecimentos noturnos no enfrentamento a situações de risco de violências físicas, psicológicas e sexuais contra mulheres em suas dependências.

DECRETO Nº 3.651, DE 15 DE JANEIRO DE 2024. Regulamenta a concessão dos direitos de exploração, com exclusividade, dos serviços locais de distribuição e comercialização de gás canalizado, de que dispõe o § 2º do art. 25 da Constituição Federal, outorgados, no Estado do Pará, à Companhia de Gás do Pará (GASPARÁ), e dá outras providências.

DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 2024. Designar para integrar o Conselho Gestor do Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses.

DECRETO Nº 3.652, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Altera o Decreto Estadual nº 2.939, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.654, DE 17 DE JANEIRO DE 2024. Regulamenta a concessão de benefício eventual, conhecido como "PROGRAMA RECOMEÇAR", às famílias em vulnerabilidade social decorrente de desastres resultantes de deslizamentos, erosões, inundações, enxurradas, alagamentos, estiagem, seca, incêndios urbanos e incêndios florestais, que ocasione situação de emergência e/ou estado de calamidade pública, ocorridos no Estado do Pará.

DECRETO DE 19 DE JANEIRO DE 2024. Institui Grupo de Trabalho para reavaliar as licenças e demais autos autorizativos ambientais tendo como interessada a empresa VALE S.A.

DECRETO DE 24 DE JANEIRO DE 2024. Nomeia representantes para compor o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para Captação de Recursos Relacionados às Políticas Públicas Estaduais sobre Conservação Ambiental e Mudanças Climáticas no Estado do Pará (COMCAR-Clima).

PORTARIA Nº 6727/2023-MP/PGJ. Criar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, o GRUPO DE TRABALHO DESMATAMENTO E QUEIMADAS (GT DESMATAMENTO) com a finalidade específica de monitorar as ações de desmatamento e queimadas no Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0026, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Institui e designa os membros da Comissão de Seleção dos cursos de Especialização em Gestão Pública, com ênfase em Política Ambiental e Mudança Climática e Especialização em Gestão Pública com ênfase em Políticas Públicas e Governança, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

PORTARIA Nº 0027, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Institui e nomeia os membros da Comissão de Seleção para o Curso de Mestrado profissional em Inteligência Territorial e Sustentabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

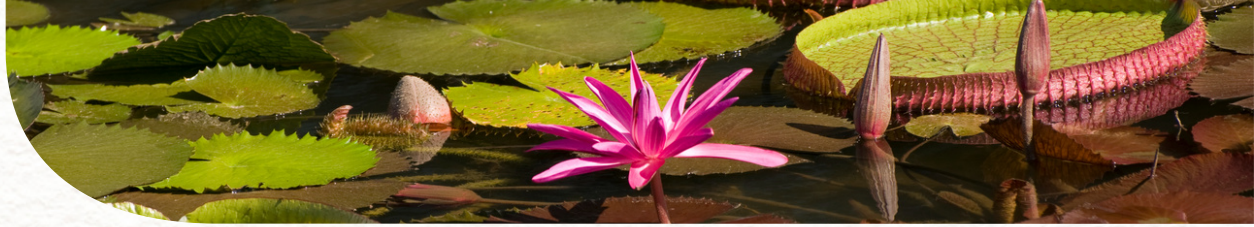
PORTARIA SEMAS Nº 00028, DE 16 JANEIRO DE 2024. Altera a PORTARIA SEMAS nº 2.291, de 11 de outubro de 2023, que institui e designa membros para compor a Comissão de análise de processos e documentos - Itaituba, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº 011 DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Fica instituída a renovação dos membros do conselho gestor da APA Triunfo do Xingú, que será composto por 12 (doze) representações de órgãos do Poder Público e 16 (dezesseis) da Sociedade Civil, designados por esta PORTARIA.

PORTARIA N.º 010/2024 – GABINETE, de 17 de janeiro de 2024. Institui a modalidade de bolsa de pesquisa denominada de capacitação ao empreendedorismo inovador.

PORTARIA Nº 128/2024-CCG, DE 17 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas no âmbito da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

NORMAS ESTADUAIS



32 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETOS **11**

LEIS **14**

PORTARIAS **07**

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



LEI Nº 9.995 DE 19 DE JANEIRO DE 2024. Institui o novo Sistema Municipal de Educação do Município de Belém - SME, e dá outras providências.

DECRETO Nº 109.444 – PMB, DE 25 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre a cessão de servidores da Administração Pública Municipal a órgão ou entidade dos Poderes do Município, da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, e dá outras providências.

PORTARIA Nº. 082/2024 – SEMAD/PMB, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Tornar facultativo o dia 12 de janeiro de 2024 (sexta-feira), em todas as repartições Públicas Municipais, com exceção de pessoal vinculado às unidades e serviços considerados essenciais no atendimento à população.

03 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

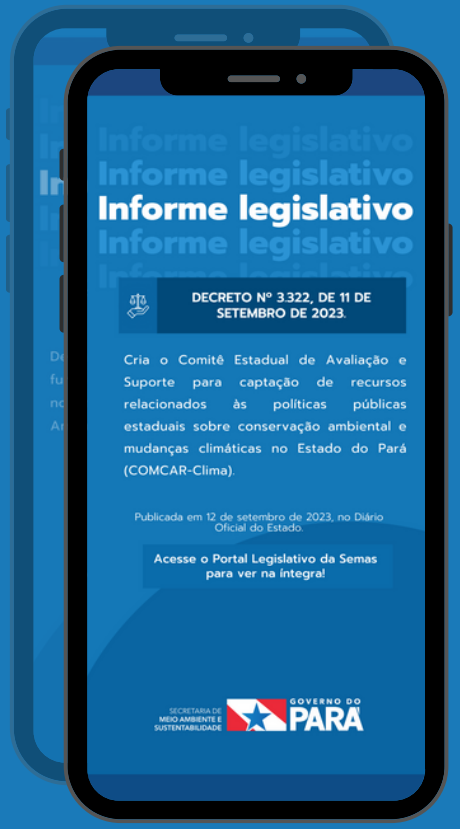
PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.

DECRETO DE 24 DE JANEIRO DE 2024

Nomeia representantes para compor o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para Captação de Recursos Relacionados às Políticas Públicas Estaduais sobre Conservação Ambiental e Mudanças Climáticas no Estado do Pará (COMCAR-Clima).



PORTARIA Nº 0026, DE 16 DE JANEIRO DE 2024

Institui e designa os membros da Comissão de Seleção dos cursos de Especialização em Gestão Pública, com ênfase em Política Ambiental e Mudança Climática e Especialização em Gestão Pública com ênfase em Políticas Públicas e Governança, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

PORTARIA Nº 0027, DE 16 DE JANEIRO DE 2024

Institui e nomeia os membros da Comissão de Seleção para o Curso de Mestrado profissional em Inteligência Territorial e Sustentabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

PORTARIA SEMAS Nº 00028, DE 16 JANEIRO DE 2024

Altera a PORTARIA SEMAS nº 2.291, de 11 de outubro de 2023, que institui e designa membros para compor a Comissão de análise de processos e documentos - Itaituba, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



INSCRIÇÕES PARA A XIII CONFERÊNCIAS IBERO-AMERICANAS, CLIQUE AQUI!

XIII CONFERÊNCIAS IBERO-AMERICANAS DE FINANCIAMENTO LOCAL

Nos dias 11 e 12 de setembro de 2024, será realizada na sede da Universidade Federal do Pará (UFPA). A décima terceira versão da Conferência Ibero-Americana de Financiamento Local (XII-JIFL), será organizada pela Associação Ibero-Americana de Financiamento Local (AIFIL), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Divisão de Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Governo do Estado do Pará.

As áreas temáticas onde a investigação podem ser apresentadas, incluem, mas não se limitam, aos seguintes aspectos, embora esta convocatória sugira dar particular ênfase à apresentação de trabalhos relacionados com as alterações climáticas, os recursos naturais e o seu impacto nas finanças.

Os interessados em apresentar trabalhos no XIII JIFL deverão enviar um resumo de até cinco páginas para o seguinte endereço JIFL.contacto@gmail.com , especificando o formato escolhido (artigo ou pôster).

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.

10 ANOS DO CÓDIGO FLORESTAL: O QUE TEMOS A COMEMORAR?



Trata-se da terceira publicação organizada pela União Brasileira da Advocacia Ambiental – UBAA, na qual seus associados trazem apontamentos e considerações acerca dos dez anos de vigência da Lei Federal nº 12.651/12, que protege toda a vegetação nativa do nosso país, mais popularmente conhecida como o Código Florestal. O título da obra é sugestivo: "10 anos do Código Florestal: o que temos a comemorar?"

Dentro deste contexto, surge a oportunidade de avaliação de novas perspectivas sobre os clássicos temas de áreas de preservação permanente – APP e reserva legal. Além disso, são trazidos temas atuais inseridos na perspectiva do Código, como ESG, o mercado de carbono e o pagamento por serviços ambientais.

Autores: Alexandre Burmann e Paulo de Bessa Antunes.

ADQUIRA JÁ!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Em Davos, Helder Barbalho articula apoio internacional para projetos de preservação da Amazônia

Governador defendeu uma maior cooperação bilateral junto à Suíça e o apoio dos Estados Unidos ao Sistema Jurisdicional de Redução por Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal do Pará.

Em sua participação no Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, o governador do Pará, Helder Barbalho, discutiu o apoio, incluindo financiamentos, para projetos de preservação da Amazônia. O chefe do Executivo Estadual cumpriu agendas com o presidente do Conselho Nacional Suíço, Éric Nussbaumer, e com o Enviado Especial Adjunto para o Clima, do Departamento de Estado Americano, dos Estados Unidos, Rick Duke.

Durante o encontro com Éric Nussbaumer, Helder defendeu uma maior cooperação bilateral junto à Suíça, incluindo o aporte de recursos no Fundo Amazônia Oriental (FAO), criado pelo governo do Pará, a exemplo do aporte que teria sido feito pelo país no Fundo Amazônia, anteriormente.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Durante o encontro com Rick Duke, o Helder Barbalho discutiu o apoio dos Estados Unidos ao Sistema Jurisdicional de Redução por Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que está em fase de implementação no Pará, para a comercialização de créditos de carbono no mercado voluntário. Os EUA está entre os fundadores da Coalizão Leaf, iniciativa público-privada global que financia projetos de redução de emissões oriundas de desmatamento.

Clique aqui e confira a materia na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br